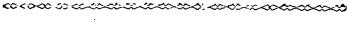
Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam intoiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 14 de Abril de 1930. — António Os-CAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luis Antônio de Magalhães Correia - Fernando Augusto Branco - João Antunes Guimardes - Gustavo Cordeiro Ramos - Henrique Linhares de Lima.



# MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

#### Decreto n.º 18:205

Considerando que o decreto com força de lei n.º 16:760, de 22 de Abril de 1929, teve em vista assegurar o exercicio regular dos Tribunais de Árbitros Avindores de Lisboa e Pôrto, onde o seu movimento é importante;

Considerando que pelo citado decreto ficou o Govêrno autorizado a nomear para os cargos de presidente dos Tribunais de Árbitros Avindores de Lisboa e Pôrto, e até a definitiva reorganização dêsses tribunais, magistrados do Ministério Público adidos;

Considerando que foram colocados nas comarcas de Mértola e de Redondo os juízes que se achavam exercendo as suas funções nos Tribunais de Arbitros Avin-

Reconhecendo-se que, não havendo actualmente magistrados do Ministério Público na situação de adidos, não pode portanto, de modo algum, ser mantido o funcionamento dos Tribunais de Árbitros Avindores nas condições do decreto com fôrça de lei n.º 16:760;

Sendo necessário garantir o exercício dêsses tribunais a fim de submeter a julgamento numerosos processos

que ali se acham pendentes;
Usando da faculdade, que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Emquanto se não faz a remodelação dos Tribunais de Árbitros Avindores poderão ser designados para o cargo de juízes presidentes os bacharéis ou licenciados em direito na situação de adidos que fazem parte do pessoal do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento o execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramento como nelo so contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Abril de 1930. - António ()s-CAR DE FRAGOSO CARMONA - Domingos Augusto Alves

da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — João Namorado de Aguiar — Luís António de Magalhães Correia - Fernando Augusto Branco - Jodo Antunes Guimardes - Gustavo Cordeiro Ramos - Henrique Linhares de Lima.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrals

Repartição do Pessoal Civil Colonial

### Decreto n.º 18:206

Tendo o Govêrno ordenado um inquérito aos acontecimentos recentemente ocorridos em Angola, inquérito que deve também abranger a acção administrativa que ali tem sido exercida e que com êles se relacione;

Convindo que seja desde já iniciado esse inquérito pelo exame da respectiva documentação existente no Ministério das Colónias o consulta de quaisquer outros elementos em condições que assegurem ao inquiridor a maior liberdade de acção para completo apuramento de todas as responsabilidades;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar, nos termos da alínea a) da base x e da primeira parte da base xvi das bases organicas da administração colonial, que o capitão de fragata Filomeno da Camara Melo Cabral seja exonerado, por conveniência de serviço, do cargo de Alto Comissário da República e governador geral da colónia de Angola, que exerceu com muito zelo e patriotismo.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

> Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Govêrno da República, 11 de Abril de 1930.— António Oscar de Fragoso Carmona—António de Oliveira Salazar.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Decreto n.º 18:207

Considerando que o vinho do Pôrto reúne qualidades características de cor, aroma e sabor que resultam de complexos factores geológicos e climatológicos, increntes à região do Douro, e que não são intrinsecamento dependentes das graduações alcoólica e sacarina do mesmo vinho;

Considerando que essas apreciáveis e tradicionais características, sendo fundamentalmento provenientes da generosidade, única no mundo, dos vinhos finos da região do Douro, não podem por isso estar à merce de contingências fiscais e especulativas de qualquer ordem;

Considerando porém que em países onde a tributação aduancira ou impostos de carácter interno incidem, pro rata, sobre a quantidade de alcool total (adquirido e em potencia) contido nos vinhos licorosos se verifica que a principal importação de vinho do Porto é de vinho seco-